



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO GRANDE DO SUL**  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE  
E INFRAESTRUTURA

CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

**ATA DA 40ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA  
TÉCNICA PERMANENTE DE PLANEJAMENTO  
AMBIENTAL**

1  
2  
3  
4 Aos vinte e um dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e cinco, realizou-se a 40ª Reunião Ordinária  
5 da Câmara Técnica Permanente de Planejamento Ambiental, do Conselho Estadual de Meio Ambiente,  
6 através de videoconferência, com início às 14h e com a presença dos seguintes Representantes: Sr.  
7 Eduardo Stumpf, representante dos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBH); Sra. Marion Luiza  
8 Heinrich, representante da FAMURS; Sra. Paula Paiva Hofmeister, representante da FARSUL; Sra.  
9 Mariana Voltolini, representante do Corpo Técnico FEPAM; Sr. Valmir Zanatta representante da SEMA;  
10 Sr. Fernando Hartmann, representante da SERGS; Sr. Tiago José Pereira Neto, representante da  
11 FIERGS ;Sra. Lisiane Becker, representante da MIRA-SERRA; Sr. Cap. Morgana Pereira,  
12 representante da SSP; Sr Manoel Eduardo de Miranda Marcos da FEPAM; Participaram também os  
13 seguintes representantes: Sr. Felipe Immich/Município de Tavares-RS; Sra. Ana Paula/ Município de  
14 Tavares-RS; Constatando a existência de quórum, o Sr. Presidente, deu início a reunião às 14h01min.  
15 **Passou-se para o 1º item de pauta: Eleição para Presidente 2025;** Eduardo Stumpf/CBH;  
16 Presidente se coloca a disposição para concorrer à vaga de presidente da CTP PLAMB para o ano de  
17 2025. Não havendo outro candidato, coloca em votação a reeleição do Sr Eduardo Stumpf/CBH, com a  
18 abstenção da MIRA-SERRA. **REELEITO PARA PRESIDENCIA DA CTP PLAMB. Passou-se para o**  
19 **2º item de pauta: Aprovação do Cronograma 2025;** Eduardo Stumpf/CBH – Presidente faz a  
20 apresentação do cronograma, logo questiona se há observações a serem feitas. Não havendo  
21 observações, Eduardo Stumpf/CBH – Presidente coloca em votação o Cronograma 2025. **APROVADA**  
22 **POR UNANIMIDADE;** **Passou-se para o 3º item de pauta: Ofício MIRA-SERRA Nº 024/2024.** A  
23 Sra.Lisiane Becker/MIRA-SERRA lê o ofício da **MIRA-SERRA Nº 024/2024 que tem como assunto:**  
24 Acidentes com Fauna silvestre decorrentes do contato com sistemas de transmissão de energia  
25 elétrica, justificando a importância desta proposta ser avaliada por esta CÂMARA TÉCNICA e criar  
26 uma resolução do CONSEMA. Eduardo Stumpf/CBH – Presidente solicita que Mariana Voltolini faça  
27 suas considerações conforme o parecer técnico da Fepam. Mariana Voltolini explana sobre a diferença  
28 de como é o licenciamento ambiental de linhas de distribuição e de transmissão; e que conforme a  
29 resolução consema 372/2018 CODRAM 35/51que trata do licenciamento ambiental de linhas de  
30 distribuição de energia até 38kv, atualmente é isento de licenciamento para linhas de distribuição.  
31 Outra questão abordada pela Mariana Voltolini foi sobre o ofício trazer como referências As Portarias  
32 428/2024 e 427/2024 da Fepam, pois elas foram emitidas especificamente para as enchentes. O Sr.  
33 Valmir Zanatta representante da SEMA diz que irá entrar em contato com as concessionárias, para  
34 ajudar com essa resolução. Sr. Eduardo Stumpf/CBH – Presidente passa a palavra para Lisiane  
35 Becker/MIRA SERRA que complementa falando sobre as propostas em áreas com unidade de  
36 conservação na zona rural relatando que não é somente problema na zona urbana, que é um trabalho  
37 muito amplo, mas que é justamente para melhorar o mapeamento dos animais nos municípios. A Sra.  
38 Marion Luiza Heinrich, representante da FAMURS reforça a importância de convidar as  
39 concessionárias e distribuidoras de energia, bem como os servidores da SEMA para explanar sobre os  
40 termos técnicos e medidas que se estabelecem e que possam ser exequíveis e para reforçar em  
41 relação a comunicação aos municípios, sugere que seja também analisada a justificativa inicial que

42 está sendo discutida na Assembleia para saber quais os aspectos serviram de referência. O Sr. Manoel  
43 Eduardo de Miranda Marcos da FEPAM, pontua que aparentemente essas ocorrências estão  
44 localizadas em uma região a metropolitana de Porto Alegre indicando então que se normatize algo que  
45 eventualmente seja aplicada em todo o estado do Rio Grande do Sul, sugerindo que o De Bio  
46 juntamente com as concessionárias e distribuidoras também possa contribuir para que as ações  
47 realmente possam ser exequíveis. O Eduardo Stumpf/CBH – Presidente relata que, como não se  
48 conhece bem o assunto, em princípio, estaria mais relacionado às linhas de distribuição até os 38kw  
49 Não quer dizer que seja apenas isso, que está isento de licença; será necessário verificar como tratar  
50 essa questão. Depois, seria bem prudente trazer alguém para explicar melhor, pois, por exemplo, no  
51 texto há aspectos que não são conhecidos, como a mastofauna nativa de hábitos arborícolas. Em  
52 princípio, isso estaria compreendido, mas, caso não esteja, será necessário melhorar e explicar melhor  
53 depois, já que são consideradas medidas protetivas, como a substituição por redes isoladas. No  
54 entanto, isso não pode ser feito assim; será necessário explicar de forma adequada. Esses são  
55 detalhes que precisam ser verificados. Na opinião dele, é importante trazer especialistas para  
56 esclarecerem a situação e garantir que todos estejam cientes do contexto. A primeira coisa a verificar  
57 seria se a linha de distribuição até 38KW já foi considerada. Caso seja isso que está em questão, será  
58 uma atividade isenta, mas será necessário entender como isso será abordado. Também é relevante  
59 trazer os pontos mencionados por Manoel, como a possível regionalização, para que uma resolução  
60 não seja aplicada de forma geral, mas adaptada às especificidades de cada município. Por exemplo, a  
61 situação de São Sepé, que talvez não se aplique da mesma forma, mas precisa ser considerada. A  
62 Sra. Lisiane Becker, representante da MIRA-SERRA solicitou a palavra para responder ao Manoel,  
63 ressaltando que nem todos os municípios têm pessoas dedicadas a essas questões. Mencionou que  
64 citou Porto Alegre, Guaíba e Viamão, pois são cidades onde há biólogos que trabalham com isso, algo  
65 que não ocorre em 90% dos municípios. Assim, 90% dos municípios que possuem biólogos não têm a  
66 possibilidade de monitorar o bugio ou realizar esse tipo de acompanhamento. Afirmou que o manejo de  
67 fauna não é uma tarefa que qualquer biólogo pode realizar, pois não basta ser biólogo para executar  
68 esse trabalho. É necessário ter a capacitação e o conhecimento técnico para resgatar animais e  
69 encaminhá-los de maneira legal e adequada. Existe uma legislação que orienta como essas ações  
70 devem ser feitas. A especialização, portanto, está relacionada àqueles que realmente trabalham com  
71 esses temas e detêm dados específicos, como ele, que possui informações sobre os macacos urbanos  
72 de Porto Alegre e dados de Viamão. O biólogo que trabalha com essa área possui dados sobre o  
73 assunto, mas ele não tem dados históricos sobre outros municípios. Ela vê isso mais como um  
74 protocolo a ser seguido entre os entes, mencionando também que a competência do órgão ambiental  
75 varia de município para município. Às vezes, essa responsabilidade está com uma diretoria, às vezes  
76 com uma secretaria, ou até mesmo com outras áreas, o que torna a resolução dinâmica,  
77 acompanhando as mudanças feitas no estado. Ele explicou que, às vezes, uma secretaria fica com a  
78 atribuição de determinada função e depois essa responsabilidade é transferida para outro  
79 departamento. Por isso, ela adotou uma abordagem mais ampla, embora entenda que isso seja uma  
80 questão específica. Ela seguiu a técnica legislativa que observa no Conama, onde não se especifica  
81 qual é o órgão responsável, mas sim o ente que possui o setor designado para lidar com o assunto. A  
82 Sra. Marion Luiza Heinrich, representante da FAMURS faz uso da palavra. Depois, ela vai obviamente  
83 entrar nos artigos, fazer os ajustes necessários, mas acha importante. Talvez tenha ficado a impressão  
84 de que ela trouxe a informação de que, provavelmente, nas linhas de transmissão, não teria como  
85 ocorrer esse tipo de situação. Não era comum ocorrer devido à altura e outros fatores, ela comentou.  
86 Ela não é uma especialista no assunto, mas talvez fosse importante ter essa informação para verificar  
87 se é necessário limitar a regra para as linhas de distribuição. Ela está trazendo isso à tona porque  
88 acredita que seria interessante ter esse conhecimento. Também se lembrou de algumas discussões  
89 nas quais participou, especialmente sobre as licenças da FEBEM. Talvez fosse antes da decisão de  
90 considerar a atividade isenta até os 38kw, nas linhas de distribuição. Ela mencionou que, em algumas

91 licenças, já constava como condicionante a avaliação em relação à fauna, além da obrigatoriedade de  
92 resgatar os animais, como uma forma de resolução do problema. Ela reconhece que as pessoas da  
93 área, como aquelas presentes na reunião, conhecem mais sobre o tema do que ela, mas tem a  
94 percepção de que isso já foi discutido em outras ocasiões. Ela não sabe se, nas licenças emitidas para  
95 a rede de transmissão, já há alguma condicionante nesse sentido, mas acredita que seria interessante  
96 saber disso. Ela tem uma vaga lembrança de que essa condicionante já existia ou que algo semelhante  
97 foi discutido anteriormente. Ela só quis trazer essa questão porque acha importante se certificar dessas  
98 informações, uma vez que as pessoas presentes têm mais conhecimento e acompanham essas  
99 licenças e fiscalizações. Ela considera que isso pode ser útil para as próximas reuniões. A Mariana  
100 Voltolini, representante do Corpo Técnico FEPAM se manifesta relatando que já existem  
101 condicionantes para estes casos, mas não específicos. Sra. Marion diz achar importante a participação  
102 do De BIO estar nas discussões com a finalidade de trazer informações. O Eduardo Stumpf/CBH –  
103 Presidente dá as providências e fica acordado que o Sr. Valmir entre em contato com as  
104 concessionárias, trazer o pessoal das concessionárias e falar o Diogo, então fica criado o Grupo  
105 técnico para discussão do assunto, onde o coordenador será o Valmir e o corpo técnico serão Mariana,  
106 Marion, Lisiane, SEMA, CBH comitê de bacias. **Passou-se ao 4º item da pauta-Diretrizes para a**  
107 **Realização de eventos Motorizados fora de estrada- Apresentação de experiências de**  
108 **municípios e ONGS Ambientais;** O Eduardo Stumpf/CBH – Presidente inicia o tema relatando que  
109 esta câmara Técnica recebeu um ofício da Famurs através do consema solicitando que este assunto  
110 não seja deliberado. A Sra. Marion – FAMURS faz o uso da palavra para explicar o motivo, ela teve  
111 uma reunião com alguns municípios que já faziam parte do grupo antes da mudança de gestão. Neste  
112 ano, mais de 63% dos municípios estão com novos gestores, e esses gestores estão chegando agora.  
113 Eles estão se inteirando sobre a matéria, e numa reunião anterior, foi feito um convite para que os  
114 municípios pudessem se aprofundar no tema. Alguns municípios não compareceram à reunião, pois foi  
115 nomeando secretários e, por isso, não têm o cadastro completo das secretarias e departamentos.  
116 Também foi realizada uma reunião com a coordenação e a presidência, onde o presidente falou com o  
117 secretário de Estado de Turismo e também com o coordenador de turismo. Há uma preocupação  
118 considerável em relação à elaboração dessa regra, especialmente considerando a região em torno da  
119 Lagoa dos Patos, que vive principalmente do turismo e das pessoas que frequentam a orla, área  
120 protegida por lei federal. Não se pode ignorar o que a legislação prevê, e a regra não pode ser diferente  
121 da norma federal. Em relação à necessidade de conversas com os novos gestores, a pedido de  
122 prefeitos, incluindo os de Tavares e da Serra, que quando realizam eventos desse tipo, atraem muitas  
123 pessoas, movimentando o setor hoteleiro e a economia dos municípios, foi proposto um ofício, que  
124 pode ser compartilhado por e-mail ou pelo presidente. Foi solicitado que, nos primeiros meses, a  
125 discussão fosse suspensa, no sentido de adiar a deliberação, para que em março ou abril, após ouvir  
126 os gestores, seja possível trazer uma sugestão de encaminhamento sobre a matéria. O objetivo é dar  
127 voz aos gestores que estão chegando agora e considerar o momento de reconstrução que muitas  
128 cidades estão vivendo, pois várias foram bastante afetadas. O pedido é para a prorrogação da  
129 deliberação, sem desconsiderar a importância da preservação do meio ambiente, mas também sem  
130 inviabilizar uma atividade importante para diversos municípios. A Sra. Lisiane Becker/MIRA-SERRA  
131 pede a palavra para manifestação, Ela vê com muita apreensão essa solicitação, mesmo que seja  
132 embasada e argumentada dessa forma. Primeiramente, ela acredita que os eventos climáticos que  
133 ocorreram têm como origem a inobservância da legislação ambiental. Ela destaca que esse  
134 desequilíbrio climático tem uma origem bem comprovada para aqueles que trabalham com ciência.  
135 Segundo ela, a reconstrução não pode se dar à custa do descumprimento da lei, como no caso das  
136 APPs (Áreas de Preservação Permanente). Ela também observa que a tentativa de regulamentar é  
137 justamente para seguir o que a lei diz, tentando evitar que ocorram outros eventos de tamanha  
138 gravidade. Embora esses eventos já tenham ocorrido, o objetivo é espaçar mais e reduzir o impacto  
139 deles. Ela enfatiza que tudo isso depende da forma como o ambiente é utilizado, e, por isso, não lhe

140 parece adequado. Embora possa até concordar com a postergação, ela vê com muita preocupação o  
141 fato de que, enquanto isso, continuam ignorando a legislação atual e postergando soluções possíveis.  
142 Ela expressa espanto com o fato de que quem se elegeu deveria estar ciente do que estava  
143 acontecendo, ou ao menos deveria saber, já que os antecessores tiveram a chance de estar ali. Ela  
144 menciona que há uma representante dos municípios bastante eficiente nesse aspecto, especificamente  
145 no que diz respeito ao CONSEMA. Ela vê isso com preocupação e, embora não queira especular, fica  
146 bastante surpresa com o fato de o Ministério Público tentar resolver questões e a sociedade civil  
147 ambientalista no CONSEMA estar se esforçando tanto, já que o trabalho ali é voluntário, além de ser  
148 realizado além das responsabilidades remuneradas. Ela também manifesta sua surpresa com o fato de  
149 que, tanto os membros do CONSEMA quanto outros envolvidos, estão postergando novamente algo  
150 que já deveria ter ido para o plenário. Ela lembra que, na última reunião, houve concordância sobre a  
151 questão, mas agora, por uma nova questão, estão novamente postergando. Ela menciona que até  
152 março, os municípios ainda terão a chance de se expressar, tanto por meio de suas representantes  
153 quanto ao pedir vista no Conselho, e também poderão opinar. No entanto, ela vê essa postergação de  
154 algo que já deveria estar pronto com bastante preocupação, já que os municípios tiveram muitas  
155 oportunidades para se manifestar anteriormente. O Sr. Presidente Eduardo encerra a discussão do  
156 assunto determinando que ele vai encaminhar para todos a minuta da proposta do jeito que está e vai  
157 ver se conseguem recuperar a história, embora ele ache que isso não vai acrescentar, pois já está tudo  
158 ali. Depois, o plano é retomar a discussão em março, pois em fevereiro não vão pautar essa matéria.  
159 Não havendo mais nada a ser tratado, encerrou-se a reunião às 16h13m.